



## O testemunho de atingidos pela perseguição ditatorial na perspectiva filial<sup>1</sup>

Mariluci Cardoso de Vargas<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo visa apresentar alguns livros escritos por descendentes de atingidos pela ditadura civil-militar brasileira. Nos livros analisados, o testemunho voluntário e espontâneo, condição que influencia a narrativa, será observado a fim de identificar como as/os filhas/os (re)arranjam suas experiências ou as de seus pais.

**Palavras-chave:** Testemunho; Ditadura Civil-militar; Filhas(os); Resistência; Literatura.

### The testimony of those affected by dictatorial persecution from the filial perspective

**Abstract:** This article aims to present some books written by descendants of those affected by the Brazilian civil-military dictatorship. In the books analyzed, voluntary and spontaneous testimony, a condition that influences the narrative, will be examined in order to identify how daughters (re) arrange their experiences or those of their parents.

**Keywords:** Testimony; Civil Military Dictatorship; Direct Descendants; Resistance; Literature.

Vá em busca de sua casa e tente abrir a porta. Reconte a história do seu avô, reconte a minha também: conte-as você mesma. Não tenha medo de nos trair (A chave de casa, 2007).

Faço uma releitura da releitura da vida da minha família. Reescreverei o que já escrevi (Ainda estou aqui, 2015).

No Brasil, especialmente na última década, descendentes diretos de atingidos pela repressão por motivação política passaram a compartilhar publicamente suas declarações acerca da experiência da ditadura civil-militar nas suas famílias em variados formatos. A disposição em rememorar tais lembranças de acontecimentos lotados há anos ou a prática de (re)contar o que lhe foi narrado no círculo familiar, foi ativado por esses descendentes na medida em que a escuta foi despertada no âmbito estatal e social, sobretudo após a efeméride dos 40 anos do golpe de 1964. As políticas públicas e os projetos de *verdade, memória e reparação* concentrados na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP),

1 Uma primeira versão desse artigo foi apresentada no XI *Seminário Internacional Políticas de la Memoria* promovido pelo *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* em outubro de 2018, em Buenos Aires/Argentina. Inscrito na mesa *Las memorias en la transmisión intergeneracional o cómo los jóvenes elaboran el pasado*, coordenada por Samanta Salvatori e Sandra Raggio, os comentários tecidos foram de grande valia para qualificar alguns aspectos. Assim sendo, agradeço a(os) pesquisadoras/es envolvidos. Sobre o evento, ver: <http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2018/07/tercera-circular-seminario-xi.pdf> acesso em 15/11/2018.

2 Doutora em História pela UFRGS em 2018, com tempo parcial de bolsa CAPES. Foi consultora de pesquisa da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT) para a temática de desaparecimento forçado: justiça e arquivos, junto ao Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CJT) da UFMG em 2016. Em 2014 foi Analista de Pesquisa pelo PNUD/ONU na Comissão Nacional da Verdade (CNV), em Brasília/DF. Mestre em História pela UNISINOS cuja pesquisa contou com bolsa CNPQ de 2008 a 2010. Licenciada em História na UFPel desde 2007. Na docência possui experiência no ensino médio federal técnico integrado e em tutoria de ensino à distância, ensino fundamental (escolas públicas e privadas) em cursos pré-vestibulares. Na pesquisa histórica tem experiência na área de História do Brasil Contemporâneo nas seguintes temáticas e abordagens: ditadura militar, testemunho, anistia, memória, documentário e literatura testemunhal, justiça de transição e direitos humanos.

instituída pela Lei nº 9.140/95, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (CA/MJ), regulamentada pela Lei nº 10.559/02, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada a partir da Lei nº 12.528/11 e as comissões adjacentes, certamente ampliaram as possibilidades de registros testemunhais e contribuíram para a circulação dessas narrativas antes silenciadas pelo esquecimento imposto pela Lei de Anistia de 1979. Este marco jurídico e político que, de um lado, permitiu a libertação de parte dos presos políticos e o retorno de parte dos banidos e exilados, de outro, assumiu o esquecimento como semântica da anistia (ABRÃO & TORELLY, 2011; SILVA FILHO, 2015) reduzindo-a a uma política de desmemória (BAUER, 2012).

Destarte, no pós-ditadura, é importante salientar, o processo de democratização das declarações foram (e são) marcadas por embates de memórias entre os que desejam manter nas catacumbas as experiências traumáticas e aqueles que desejam romper com o silêncio e o esquecimento (MARTINS FILHO, 2002). Por décadas encapsulados, os relatos de experiências, portanto, se expandiram tanto por iniciativas privadas, caso dos registros na filmografia e na literatura, como pela abertura de espaços públicos nos desdobramentos das demandas sociais convertidas em iniciativas estatais. A conjuntura, entretanto, quando se mostrou favorável ao assunto, certamente contribuiu para que houvesse maiores produções de narrativas individuais como parte da memória pública sobre o assunto.

A fim de exemplificar o que foi mencionado, na filmografia, o documentário *15 filhos*, dirigido por Maria de Oliveira e Marta Nehring, filhas de atingidos pela repressão ditatorial, propagado em 1996, foi inaugural para os registros testemunhais em uma perspectiva filial. Note-se que o curta-metragem foi lançado na euforia de sobreviventes e familiares de atingidos pela legislação sancionada em dezembro de 1995, que reconhecia como mortas as pessoas submetidas ao desaparecimento forçado por motivação política nos anos ditatoriais. A partir de 2007, o relato testemunhal de filhas/os passou a aparecer em livros com elementos autobiográficos e autorreferenciais. Cabe relacionar que este foi o ano do lançamento do relatório *Direito à verdade e à memória*, elaborado pela CEMDP desde meados dos anos 1990. O livro-relatório abordou os casos de pessoas assassinadas ou submetidas ao desaparecimento forçado nos anos amparados pela lei, estes apresentados à comissão especial com base nas provas reunidas pelos requerentes, parte delas testemunhais. Na Comissão de Anistia, o ano de 2007 foi notavelmente importante para uma guinada nos projetos de memória e reparação em uma proposta de (res)significar a anistia e a reparação para além da dimensão indenizatória, alcançando a esfera simbólica para as vítimas de graves violações de direitos humanos (BAGGIO, 2010; ALVES, 2015). Dentre esses projetos, destaco: o *Caravanas da Anistia*, a partir de 2008, com sessões públicas e itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia com a participação de atingidas pela perseguição estatal somados a atividades educativas e culturais; o *Marcas da Memória*, que financiou projetos e pesquisas para a elaboração, preservação ou restauração de fontes documentais e audiovisuais em um exercício de valorização do patrimônio memorial acerca da temática; o *Clínicas do Testemunho*, a partir de 2012, que investiu em projetos de atendimentos psíquicos oferecidos de forma gratuita por profissionais habilitados para promover uma escuta clínica de afetados pelo terror estatal. Muito embora essas iniciativas tenham ficado limitadas à condução de reparação e não responsabilização, de investigação histórica e não jurídica (SILVA FILHO, 2015) o acúmulo testemunhal foi ampliado pela CNV e comissões semelhantes que se desenvolveram nos Estado e municípios.<sup>3</sup> Vale registrar que a

3 A crítica de que as comissões não tiveram como atribuição a persecução penal restringindo seus trabalhos a uma reparação é comentada por Silva Filho, 2015. Contudo, julgo pertinente sublinhar que as comissões da verdade tiveram um papel fundamental no processo de organização das declarações de descendentes diretos dos atingidos pela repressão. Nesse sentido, vale consultar: SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância roubada, crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – São Paulo: ALESP, 2014.

abertura de declarações testemunhais, antes relegadas ao simulacro, e os usos do passado a partir desse movimento, por serem recentes, ainda carecem de um debate historiográfico que se proponha a captar os avanços e limites, tensões e contradições, consensos e dissensos entre o realizado pelo Estado brasileiro, o requerido pelas pessoas afetadas, a recepção desses trabalhos pela sociedade.<sup>4</sup> De todo modo, o empenho em registrar declarações testemunhais de sobreviventes ou familiares, como filhas/os atingidos pela repressão ditatorial, é inegável e se materializou em registro oral, produto arquivístico, subsídio de pesquisa e, para alguns casos, em objeto jurídico.

Paralelamente a esses canais, e como mencionado anteriormente, os registros de conteúdo testemunhal que partiram de iniciativas privadas foram produzidos e publicizados aos poucos. Em torno da literatura elaborada por filhas/os de atingidos pela perseguição, prisão, tortura, desaparecimento forçado, exílio nos anos ditatoriais foram lançados seis livros. Desses, um foi escrito em inglês pelo fato de sua autora residir nos Estados Unidos em razão se deu exílio nos anos setenta. Embora a literatura impulsionada por essa categoria de autoras/es não configure em um gênero específico, cabe observar que ela se soma aos demais relatos de experiências de forte conteúdo testemunhal elaborados por aquelas/es que estiveram na linha de frente da resistência ou foram considerados inimigos da segurança nacional por motivações diversas. Nessa esteira, o levantamento realizado por mim na tese intitulada *O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário (Brasil, 1964-2017)* apontou que o acervo literário nacional contabiliza mais de 90 livros, esses caracterizados como autorreferenciais para além do gênero empregado.

Ligados ao meu objeto de interesse, os livros que se enquadram em um relato sobre o assunto, a partir de uma perspectiva filial, são: *A chave de casa* [2007], de Tatiana Salem Levy, nascida em 1979; *Elvis, Che, meu pai e o golpe de 64* [2008], de Maria Luiza Castilhos, nascida em 1955; *Born Subversive: A memoir of survival* [2008], de Nadejda Marques, nascida em 1972; *Nieta dos Campos da Paz* [2012], de Mariza Campos da Paz, cuja data de nascimento não foi identificada; *Maurício Grabois: Meu Pai* [2013], de Victória Lavínia Grabois Olímpio, nascida em 1943; *Ainda estou aqui* [2015], de Marcelo Rubens Paiva, nascido em 1959; *Em nome dos pais* [2017], de Matheus Leitão Netto, nascido em 1977.

Um dos aspectos a ser pontuado é o fato de que os livros listados acima possuem propostas e formatos diferentes, que vão desde a autoficção e (auto)biografia até a reportagem investigativa.<sup>5</sup> Contudo, ambos

4 Para um balanço acerca dos trabalhos da Comissão de Anistia, entre 2007 e 2010, Glenda Alves (2015) realizou em dissertação cuja análise se dá nessa perspectiva.

5 Utilizo (auto)biografia com o limite das aspas por entender que o propósito das/os autores pode, em alguns casos, estar mais direcionado a construir parte da biografia de seus pais do que as suas próprias. No entanto, como os textos possuem elementos autorreferenciais, e grande parte das narrativas são conduzidas em primeira pessoa, em alguns casos, acabam por tecer consigo uma autobiografia. As categorias autobiografia e autoficção, embora perpassem minha análise de forma tangencial, estão embasadas em: Arfuch (2013) e Gomes (2004). Em um dos capítulos, Arfuch comenta que nas narrativas em torno da experiência guerrilheira durante a ditadura argentina “se destaca fuertemente la experiencia personal, un ‘yo’ que narra, desde los géneros más canónicamente autobiográficos o desde el testimonio de quien ha vivido, visto u oído pero también desde diversos ejercicios ficcionales o autoficcionales que, al liberarse de la necesidad de ajustarse a los hechos, su datación exacta o la veracidad de situaciones y personajes, permite poner en cena registros pulsionales, conductas socialmente reprobables, emociones ‘prohibidas’, en definitiva, mostrar, quizá con mayor crudeza, el deslinde entre lo público y lo privado, entre lo épico y lo íntimo” (ARFUCH, 2013, p.105-106). Sobre a escrita de si, Gomes afirma que: a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua” verdade. Ou seja, toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘efeito de verdade’ – como a literatura tem designado -, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões ‘íntimas e profundas’ do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como ‘prova’. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade e de sua singularidade (GOMES, 2004, p. 14-15).

possuem em comum o trabalho de memória por meio da escrita de si em confluência com as experiências de seus pais. Vale observar que cinco dos sete livros foram escritos a partir de um olhar feminino. Outro ponto a ser observado está na necessidade de lembrar esse passado por meio da escrita mesmo para aquelas/es que não possuem uma profissão como escritor(a). Dentre as atividades profissionais dessas/es autoras/es, observo que Nadejda Marques é especialista em Direitos Humanos na área da saúde, Maria Luiza Castilhos é psicóloga, Mariza Campos da Paz é psicanalista e Victória Lavínia Grabois Olímpio é professora com formação em Letras. Entre escritoras/es profissionais estão Tatiana Salem Levy, autora de outros livros, sendo *A chave de casa*, resultado de sua tese de doutorado em Letras, o primeiro de livro de outras publicações; Marcelo Rubens Paiva, colunista do jornal *Estado de S. Paulo*, escritor e dramaturgo, cujo currículo acumula outros títulos; Matheus Leitão Netto, jornalista e blogueiro, autor de matérias premiadas, o qual possuía uma co-autoria em um livro quando lançou *Em nome dos pais*.

Passados quarenta anos após o golpe de 1964, esses relatos filiais inovaram a abordagem testemunhal em torno da resistência e da repressão, visto que o trabalho de memória deslocou a lente acerca dos impactos da ditadura civil-militar sob o olhar daqueles que estiveram na mira dos órgãos repressores como indivíduo para os impactos no espectro familiar. Os relatos de experiência de mulheres e homens na perspectiva da maternidade e da paternidade vem sendo tratados pela historiografia, especialmente em como o gênero era articulado tanto para a repressão como para a resistência.<sup>6</sup> Todavia, o tema configurado pela perspectiva filial, em um olhar retrospectivo, do presente, (re)arranjados por adultos que se dispõem a (re)visitar suas infâncias e adolescências marcadas pela perseguição, ainda é tratado como novidade.

### O testemunho voluntário e o recorte da análise

Ao tratar da problemática da transmissão do vivido, das heranças identitárias e das aprendizagens acerca da memória política nacional a socióloga argentina Elizabeth Jelin observa que as marcas de viver um acontecimento histórico diferem para mulheres, homens, crianças, adultos e idosos, “porque afecta a condiciones de vida, experiencias y horizontes futuros” (JELIN, 2002, p. 119). Nesse sentido, cabe observar que o testemunho inibido por condição traumática razoavelmente é influenciado não apenas pela situação em que emerge, mas por variáveis como idade, sexo, formação psíquica, cultural, educativa, política e a subjetividade decorrida desses elementos. Além disso, está o paradoxo de que a necessidade de contar o experienciado ou de propagar aquilo que lhe foi legado encontra na linguagem a sua possibilidade e o seu limite (SELIGMANN-SILVA, 2005). Desse dilema, recorre-se com frequência, não casualmente, ao recurso imaginativo não como forma de afastar um discurso verossímil, mas como meio possível para esboçar o intransmissível e o que se entende por irrepresentável, posto que:

A ficção literária tem essa qualidade de auto desnudamento, pode-se então acrescentar que a função última da ficção é apresentar a verdadeira face do poder. O que significa dizer: a ficção tem a vocação crítica de mostrar aquilo que estava nos seduzindo. Isso, porém não a torna verdade; mas nos diz que ela é o meio humano para que, através de um discurso que se auto-apresenta como não-verdade, apreenda-se a verdade (LIMA, 2008, p. 175-176).

<sup>6</sup> NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli [et al.]. A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuições das narrativas de familiares de presos políticos. *Psicologia e saber social*, vol 1., p. 103-119, 2012. WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. *AEDOS*, Nº 13, vol. 5, Ago/Dez, 2013.; MACHADO, Vanderlei. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos no Brasil. *História Unisinos*, vol. 17, nº 2, p. 179-188, maio-agosto de 2013.

Assim sendo, e no entendimento de que a literatura permite a produção de sentido do que é fragmentário, as inscrições possibilitam retratar o passado instalado na memória privada que se forma e interage com a memória pública em uma extensão do eixo condutor das histórias familiares que se ligam ao país. Se na concepção jurídica do testemunho a literatura e a ficção são descartadas e impedidas (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 374), então é justamente no desvio da demanda judicial que essas marcas estão, e que, embasadas na autorreferencialidade, permitem articular o lembrado ou o que lhe fora contado com recursos mais livres do que aqueles demandados para serem colocados à prova. Logo, os relatos autorreferenciais estruturados em forma de romances, autobiografias, autoficções configuram em um dos arquivos acerca da temática, já que se propõem a enfrentar a realidade além de materializarem “o inventário das feridas e das cicatrizes que as torturas e as mortes provocaram em milhares de brasileiros” (FIGUEIREDO, 2017, p. 45; VECCHI, DALCASTAGNÉ, 2014).

Entre as efemérides dos 40 e dos 50 anos do golpe, a ditadura brasileira foi objeto de dezenas de obras historiográficas, livros de memórias e “elaborações literárias” (PERLATTO, 2017, p. 725). Dentre essas últimas, reitero que a escrita de si ganhou novos protagonistas, já que não somente a voz dos envolvidos na resistência esteve a frente de declarações acerca da perseguição e da repressão estatal, mas a de seus familiares que tomaram a iniciativa de relatar os impactos dessa experiência nas suas trajetórias.

Com base, portanto, na literatura como um dos arquivos da ditadura brasileira (FIGUEIREDO, 2017), busquei traçar algumas questões quanto aos testemunhos construídos de forma privada e espontânea e partilhadas socialmente por meio de livros, produções que permitem a literalidade e a ficcionalização da experiência. As indagações foram estruturadas na seguinte linha: Qual o conteúdo das (re)elaborações articuladas pelas lembranças dos descendentes diretos de atingidos pela repressão ditatorial? De que modo essas pessoas (re)arranjam o que receberam em formato oral ou documental ao longo dos anos? Como (re)articulam as experiências pessoais ao vivido socialmente e inscrito na história nacional? Quais os discursos engendrados por descendentes daqueles que estiveram na oposição ao regime ditatorial nascidos após os eventos?

Nesse sentido, meu enfoque procurará verificar de que maneira parte desses descendentes buscaram explicar os acontecimentos que atingiram seus familiares, bem como expuseram as dificuldades encontradas no processo de registro dessas experiências com discursos de tensão ou aproximação com as posições políticas de seus pais.

Assim sendo, selecionei dois livros entre os listados acima: *A chave de casa*, de Tatiana Salem Levy e *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva. A escolha se deve a alguns fatores sendo parte deles convergentes e outros divergentes. Dentre os pontos semelhantes está o momento pessoal em que é despertado em ambos a necessidade de inscrever suas memórias e as memórias ligadas aos seus familiares. A morte física ou psíquica é uma pista fornecida por Tatiana Levy e Marcelo Paiva como motivação para seus escritos, já que a mãe da autora de *A chave de casa* faleceu de leucemia em 1999, e a mãe do escritor de *Ainda estou aqui*, foi diagnosticada com Alzheimer em meados da década de 2000. Embora, a trama do livro de Tatiana Levy não nomeie seus personagens, algumas passagens permitem traçar um paralelo entre a personagem principal e sua mãe e a autora. Na narrativa, a forte presença da mãe prevê a ausência e o que se perderá com ela. A protagonista rearranja os papéis e alerta a/o leitor(a), como que em conversa com a sua progenitora: “Hoje, mãe, sou eu que a carrego no ventre” (LEVY, 2009, e-book). Dentre seus ensinamentos está a orientação para que sua filha não se

coloque como vítima das circunstâncias, conduzindo-a a enfrentar o passado por mais violento e traumático que ele tenha sido para ela ou para os seus. Em paralelo, no relato de Marcelo Paiva, a mãe Maria Lucrecia Eunice Facciolla Paiva tem nome, profissão, endereço, ativismo, um passado de iniciativas que se distancia de um presente desorientado como cidadã, interdita pela falta de saúde e de memória. Apresentada como a heroína da família (PAIVA, 2015, *e-book*), como aquela que negava a possibilidade de assumir o papel de vítima, exigiu a mesma postura das filhas e do único filho diante da morte e do desaparecimento forçado de Rubens Paiva, o pai de Marcelo Paiva. Sua mãe, embora ainda esteja aqui, já não pode mais impedir o esquecimento, a doença fez com que seu filho virasse a mãe de sua mãe (PAIVA, 2015, *e-book*). A morte física e simbólica impulsionou, portanto, ambos os escritores, como se suas inscrições salvassem essas mulheres atingidas pela repressão ditatorial brasileira do apagamento de seus rastros. Diante da intransmissibilidade da experiência, outro fator que os escritores indicam em comum está na responsabilidade de contar e recontar, de articular as suas lembranças e rearranjar as de suas mães em um desafio de escrever e reescrever os sentidos de suas trajetórias permeadas de trágicos desvios para si e para elas. Outro elemento em comum entre os livros está nas temporalidades distintas em que as duas narrativas operam, sem oferecer a(o) leitor(a) uma cronologia organizada e estanque. Tal ponto, parece um indício de como se configura a própria memória quando demandada, sem obedecer a uma linearidade que atende a um percurso orientado.

Dentre os elementos que, à primeira vista, parecem dissonantes, está a classificação de seus gêneros. O primeiro, *A chave de casa*, considerado por sua autora como um livro de (auto)ficção, já que sua autora, explora, em grande medida, as lembranças pela via fictícia, uma vez que Tatiana Levy nasceu no exílio e tinha pouca idade quando seus pais retornaram para o Brasil. O segundo livro, *Ainda estou aqui*, também com marcas (auto)biográficas, tem em seu autor uma exploração do seu “museu íntimo” baseado nos vestígios de sua própria experiência, especialmente de parte da sua pré-adolescência após a casa onde cresceu ter sido invadida. Contudo, cabe ressaltar, que esses elementos que parecem destoar entre um e outro livro, necessariamente, podem ser vistos como flutuantes, na medida em que a autoficção e a autobiografia possuem intersecções e que a captação do que é lembrado também apela a imaginação a fim de ser traduzido e representado.

Diante dos critérios apresentados, a categoria testemunho se impõe a esta análise no entendimento de que sua etimologia, que remonta ao latim, indica a figura do *testis*, como um terceiro que apresenta condições para enfrentar a realidade em termos jurídicos e decidir entre as partes, e *superstes*, como aquele que sobrevive e subsiste a um acontecimento extraordinário (SELIGMAN-SILVA, 2010; HARTOG, 2017). A partir dessa leitura, o testemunho a ser verificado nesses livros liga-se ao testemunho do sobrevivente, como aquele que transcendeu as situações incompatíveis com um trajeto comum.

Independente do gênero de cada livro, minha proposta se dirige para a observação do conteúdo testemunhal disposto em cada narrativa, o qual pode ser caracterizado como voluntário que se dispõe em paralelo com os testemunhos em outras condições acerca do assunto que foram propagados nas últimas décadas. Tendo em vista que as condições em que o testemunho é enunciado influenciam no seu conteúdo, julgo pertinente observar que para os casos selecionados para essa análise as lembranças retratam as *memórias subterrâneas* (POLLAK, 1989) uma vez que enfrentam, ainda, a política de esquecimento institucionalizada pela Lei de Anistia de 1979. O testemunho sobrevivente em condição voluntária, contudo, não se apresenta como a única condição cuja declaração é manifestada, já que esses relatos se apresentaram se somam ao

*testemunho obrigado e convocado*, durante a ditadura civil-militar, e o *testemunho induzido pelo dever de justiça*, nos processo de redemocratização (VARGAS, 2018).<sup>7</sup> Elaborado de maneira espontânea e sem mediadores, o *testemunho voluntário* exige, primeiramente, uma disposição em construir um sentido para um passado que deixou marcas a serem cicatrizadas, cujo retorno se mostra mais coletivo do que parece e mais doloroso do que se possa supor.

### **A chave de casa e a dor de contar as heranças do desterro**

[O medo impediu a palavra. Mas agora cabe a você, cabe aos que ficaram, contar a história, reconta-la. Cabe a você não repetir os mesmos erros, cabe a você falar em nome daqueles que se calam] (*A chave de casa*, 2009, e-book).

Tatiana Salem Levy é filha de Helena Salem e Nelson Levy, nasceu em Portugal durante o exílio de seus pais que voltaram após a anistia política em 1979.<sup>8</sup> Ela tinha menos de um ano de idade quando veio para o Brasil, atualmente reside em Lisboa. *A chave de casa* [2007], é resultado da sua tese de doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em que apresentou um romance de autoficção junto a um ensaio acerca do percurso do trabalho e da opção em transformar a pesquisa acadêmica em um gênero literário (LEVY, 2007).<sup>9</sup> Para Marilene Weinhardt “*A chave de casa* não é uma autoficção na sua forma radical, mas a justaposição da biografia de Tatiana Levy com o percurso da narradora e protagonista do romance” (WEINHARDT, 2015, p. 240).

O tema da herança familiar ligada à perseguição de seus pais e avós que gerou a migração de mais de uma geração marca seu livro de estreia. Entre as várias histórias que atravessam temporalidades distintas o fio condutor da narrativa envolve situações sobre a própria narradora, suas relações amorosas, e, principalmente, a forte presença de sua mãe e avô por meio de diálogos e experiências como ensinamentos. A narradora, sem nome, induz o leitor a confundi-la com a autora, Tatiana Levy, e embaralha o que é articulado como vivência/lembança daquela que conduz o relato, o que foi vivido pelos seus familiares e lhe foi contado. Em um jogo entre o que é lembrado e o que é recontado, a narradora trabalha as experiências, as dela, ainda que não registradas e as dos seus, intransmissíveis e intransferíveis. Em uma das passagens do livro, a condutora da trama se coloca como testemunha, aquela que estava lá, que viu e

7 O testemunho obrigado ou convocado, pode ser definido como aquelas declarações fornecidas durante o Estado ditatorial em situação de interrogatórios sob tortura, de detenção arbitrária ou mesmo quando indiciados e formalmente convocados. O testemunho induzido ao *dever de justiça*, caracterizam outra situação, qual seja, aquela em que as pessoas foram motivadas a prestar declarações no contexto das políticas públicas de verdade, memória e reparação.

8 Helena Salem (1948-1999) foi uma jornalista e pesquisadora brasileira, os trabalhos que publicou revela sua proximidade com o cinema nacional, com os livros Nelson Pereira dos Santos – O sonho possível do cinema brasileiro [1987], Leon Hirzman – O navegador de estrelas [1997], e como colaboradora nos projetos de Jorge Bodanzky no documentário *Igreja dos Oprimidos* [1986], sobre o terror de Estado na região do Araguaia e no trabalho de Eduardo Scorel e Roberto Feith na série televisiva *90 anos de cinema – uma aventura brasileira* [1988], ambos transformados em livros com a participação direta dela. No livro *Versões e Ficções* [1997], organizado por Daniel Aarão Reis Filho, Helena Salem é autora de três artigos: *Filme fica em débito com a verdade histórica, Ex-militante inspira personagens femininas: entrevista com Vera Sílvia Magalhães* e *Ficção é julgada sob as lentes da história: entrevista com Daniel Aarão Reis Filho*. Nelson Levy possui formação na Filosofia e na História e é professor de Filosofia aposentado e foi vinculado o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Dentre suas publicações estão os livros *Ética e História* [2004], *Crítica e Utopia* [2012] e *A sociedade perfeita: um projeto de morte* [2018].

9 O livro foi traduzido para países como França, Itália, Espanha, Romênia, Turquia e Austrália. Tatiana Salem Levy roteirizou junto com Lúcia Murat o filme *A memória que me contam* [2012], uma ficção baseada no tema da ditadura civil-militar brasileira, matéria recorrente nos filmes da diretora Lúcia Murat. O livro *A chave de casa*, publicado pela Record, foi o romance finalista dos Prêmio Jabuti de 2008 e Prêmio Zaffari & Bourbon de Literatura 2009 e ganhou o Prêmio São Paulo de Literatura 2008 na categoria autor(a) estreante. TARRICONE, Jucimara. A metáfora e o estranhamento. In: XII Congresso Internacional da ABRALIC – *Centro, Centros – Ética, Estética*. UFPR-Curitiba/Brasil, 18 a 22 de julho de 2011.

sentiu a emoção do reencontro de sua mãe com seu avô, ainda que como bebê de colo:

Quando percebeu que era possível ver quem estava do outro lado, aproximou-se do vidro que impedia a passagem. Com os olhos de azeitona afoitos, procurou algum conhecido. Até que levou um susto: arrastando de mansinho a mão pelo vidro, seu pai chegou até ela. Quanto tempo fazia que não se viam! Ela diria que ele estava igual – igualzinho -, não fossem algumas rugas a mais e a coluna mais curva do que na última vez em que se encontraram. Os olhos dos dois estavam molhados, embora as lágrimas não caíssem. Imitando seu gesto, ela encostou a mão no vidro feito fosse segurar a dele. Trocaram carinhos, e era como se o vidro não existisse, até podiam sentir o calor da mão um do outro. De repente, como se ainda não tivesse se dado conta, ele apontou para a neta, era a primeira vez que a via. Ela ficou olhando para os dois, seu pai e sua filha (LEVY, 2009, e-book).

Embora Tatiana afirme lembrar, é possível que a cena recontada seja uma lembrança herdada de sua mãe ou de seu avô, que a narrativa não esclarece. Contudo, a imagem, provavelmente, se assemelhe com parte das chegadas daquelas crianças nascidas no exílio ou saídas do Brasil quando muito pequenas e que regressaram quando a face dos seus familiares já não podia mais ser reconhecida. O verbo contar e herdar conecta a linha transgeracional, pois nos diálogos entre a narradora e sua mãe, as tensões giram em torno do passado sofrido, do fardo, do pesado silêncio, das incompreensões acerca das perseguições sofridas por seus avós serem judeus, por seus pais serem comunistas. Importante destacar que a voz da mãe sempre aparece entre colchetes como se fosse um contraponto dos pensamentos da narradora, uma provocação crítica ao que ela pensava ter como herança única. Ainda que na tradição judaica a memória familiar e identitária transcenda as gerações, as palavras da mãe da narradora parecem querer romper por diversas vezes o mito da incontornável dor causada pelas heranças daquela que narra:

[Lá vem você, narrando sob o prisma da dor. Não foi isso o que lhe contei. O exílio não é necessariamente sofrido. No nosso caso, não foi. Eu trabalhava como correspondente de uma revista no Brasil. Estávamos em Portugal: comendo bem, falando a nossa língua, conhecendo gente, trabalhando, nos divertindo. Seus avós vieram nos visitar, muita gente passou por lá. [...] Quando você nasceu, não estava frio nem cinzento. Não penei para parir. Não tomei anestesia nem tenho cicatriz, você nasceu de parto normal. Eu a peguei nos braços imediatamente. Você foi muito querida e desejada, a resposta de um exílio sem dor.]

[...] Você sabe, essa dor que sinto no corpo, os ombros pesados, é o passado não esquecido que carrego comigo. O passado de gerações e gerações. [Não, minha filha, o que você não suporta em seu dorso frágil são os silêncios do passado. Você carrega o que nunca foi falado, o que nunca foi ouvido. O silêncio é perigoso, eu alertei.] [...] Você confirma então que se trata de uma herança? Que herdei da família todas as dores? Que belo presente! [Não se irrite, de nada adianta. Tampouco se ausente de sua responsabilidade. Você também é responsável pelo seu passado, é responsável pelo que carrega nas costas e, principalmente, pela maneira como o carrega. Existem diferentes formas de lidar com a herança, e você certamente escolheu uma das mais pesadas, mais doloridas.] (LEVY, 2009, e-book).

O livro não deixa claro a postura da mãe de Tatiana quanto a sua própria trajetória, a experiência do exílio, ao fardo do passado e do silêncio. Tampouco esclarece se era esperado da filha o repasse da memória familiar, já que tudo o que é verbalizado pela mãe passa pelo filtro da filha que narra, a quem parece ter recaído a responsabilidade de contar o que não foi explicitado pela geração anterior. No entanto, a relativização do exílio como um lugar de alegrias após a prisão e as torturas, a fuga da morte e do país que lhes queria longe, coaduna com outros relatos na historiografia sobre o tema. Denise Rollemberg afirma, inclusive, que o exílio para alguns brasileiros não foi vivido como luto, mas como uma oportunidade de ampliar horizontes (ROLLEMBERG, 1999, p. 299).

A narradora revela a incômoda relação com a ideia de pertencimento a um país, a um povo.



A necessidade de refazer o trajeto, de voltar aos lugares a fim de procurar elementos que propiciassem o reconhecimento de vestígios identitários são mediados pela dificuldade de elaboração de um percurso dos seus antepassados em um presente que possui uma considerável distância temporal. Outro ponto a ser notado são as incertezas sobre como lidar com as heranças das constantes perdas, lutos e partidas que não foram vividas apenas por ela. Nessas passagens, fica evidente o embaraço para acessar as suas dores e a de seus antepassados e o desconforto entre a paralisia e a mobilidade sobre questões que estimulam o reviramento da memória entre o silêncio e o esquecimento. No livro o verbo “contar” é bastante utilizado pela autora, o que demarca o quanto sua memória é parte da herança, já que as experiências que marcaram seus pais durante a ditadura civil-militar, ainda que não seja o único assunto traumático no decorrer do texto, ocorreram antes mesmo dela nascer. Assim sendo, a narradora expõe as fragilidades desse processo e os embates consigo mesma no percurso da elaboração de seu relato:

Com raiva, com ódio, jogo a máquina de escrever no chão e rasgo todas as folhas escritas. E também as brancas, para não correr o risco de continuar escrevendo. Percebo o quão inútil é escrever essa viagem de volta às origens. Não quero escrever nem mais uma vírgula, quero destruir o que foi escrito. Essa viagem não tem por que existir: nem de verdade nem no papel.

[...]Se não sangra, a minha escrita não existe. Se não rasga o corpo, tampouco existe. Insisto na dor, pois é ela que me faz escrever.

[...] Essa herança dói. O que trago comigo sem escolha dói. [...] A história do meu avô, a sua história, a tortura, o exílio, tudo dói. E, sobretudo, dói falar da dor. Dói escrever esta história: cada nova palavra que encontro dói. Escrever, mãe, dói imensamente: dói tanto quanto é necessário (LEVY, 2009, e-book).

Para Sheila Couto Caixeta, em *A chave de casa* a narradora busca enfrentar os medos e inquietações referentes ao que está incrustado na história e na memória familiar por meio do embate de temas como “memória, identidade, necessidade de narrar, migrações, deslocamentos” (CAIXETA, 2013, p. 4). Embora as matérias apontadas por Caixeta permeiem as trajetórias de atingidos pela perseguição e repressão, volto-me para a necessidade e a motivação de testemunhar. Tatiana Levy durante o processo de realização da tese/romance, relatou em um congresso acadêmico que durante a elaboração do projeto que resultou na experiência memorialística se dispôs a retornar às memórias de seus familiares, como uma forma de se aproximar de suas histórias. Assim, por meio de vestígios de suas trajetórias, como cartas, diários, relato de imigração e de um arquivo familiar muito próprio das práticas de preservação da memória judaica, encontrou suas próprias impressões, como um diário em que registrou a sua primeira viagem à Turquia, sucedida dez anos antes da produção do livro (LEVY, 2006). Segundo Izabel Santa Cruz Fontes “os testemunhos de seus antepassados são ficcionalizados, colocados em perspectiva, as vozes são fragmentadas e a própria noção de realidade acaba por ser dissolvida” (FONTES, 2017, p. 159).

Diante do apontado por Fontes, meu interesse em verificar a inscrição das lembranças de si ou herdadas por meio da literatura, está na presença da autorreferencialidade que confere a autenticidade do testemunho. Destarte, diferentemente do tribunal, o testemunho que emerge da literalidade tende a se utilizar e se apropriar de diferentes recursos e instrumentos de linguagem. Nesse sentido, julgo pertinente considerar a presença do testemunho em *A chave de casa*, mesmo porque o meio ficcional é um dos instrumentos presentes nas narrativas de experiências traumáticas como uma forma de socializar situações que, em princípio, se mostram como irrepresentáveis.

## ***Ainda estou aqui e o dia que não teve fim***

Durante toda a minha vida, se um entrevistador me perguntasse sobre meu pai, eu respondia imaginando como a minha mãe responderia (PAIVA, 2015, e-book).

Marcelo Rubens Paiva, é filho de um ex-parlamentar petebista submetido ao desaparecimento forçado. Natural do Rio de Janeiro, nasceu em 1959, primeiro e único menino de Eunice Paiva e Rubens Beyrodt Paiva.<sup>10</sup> Além de escritor, é dramaturgo, roteirista e colunista do caderno de Cultura do *Estado de S. Paulo*. Em 2015, publicou *Ainda estou aqui*, em que trata da trajetória da mãe, que ficou viúva aos quarenta e um anos e teve sua vida modificada após a detenção do marido e consequente desaparecimento em 1971, e sua própria prisão com uma das filhas adolescente. Marcelo Paiva havia publicado *Feliz Ano Velho* em 1982, sucesso editorial, no qual narrou o acidente que o tornou portador de deficiência física, as descobertas dessa nova condição e, de forma breve, a prisão e desaparecimento de seu pai.

Ainda que Marcelo não afirme uma identidade militante nas pautas do direito à verdade, memória e justiça as condições de sua profissão permitem que ele dialogue com seus leitores e expresse em sua coluna jornalística, com certa frequência, textos sobre o tema da ditadura civil-militar. Um dos artigos escritos por ele em 1995, divulgado na revista *Veja* contribuiu para que o debate sobre a demanda da Lei dos Desaparecidos fosse acolhida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PAIVA, 2001, p. 45-50). No artigo, Marcelo manifestou a sua identidade de filho de ex-perseguido político. A Lei dos Desaparecidos aprovada em 1995, reconheceu que Rubens Paiva estava morto. Em 2015, mais de vinte anos após a publicação daquele artigo e 44 anos após o desaparecimento do pai, em *Ainda estou aqui*, o autor, entre lembranças de sua infância e situações que se prolongaram pela vida adulta, escreveu sobre o dia em que receberam o documento comprobatório do Estado, a sua necessidade de revelar as circunstâncias de morte de Rubens Paiva e as dificuldades dele e da mãe de elaborarem o luto:

Meu pai, um dos homens mais simpáticos e risonhos que Callado conheceu, morria por decreto, graças à lei dos Desaparecidos, vinte e cinco anos depois de ter morrido por tortura. [...] Ela ergueu o atestado de óbito para a imprensa, como um troféu. Foi naquele momento que descobri: ali estava a verdadeira heroína da família; sobre ela que nós escritores, deveríamos escrever. [...] A família Rubens Paiva não é vítima da ditadura, o país que é. O crime foi contra a humanidade, não contra Rubens Paiva. Precisamos estar saudáveis, bronzeados para a contraofensiva. Angústia, lágrimas, ódio, apenas entre quatro paredes. Foi a minha mãe quem ditou o tom, ela quem nos ensinou. [...] Naquela tarde que pegamos o atestado de óbito, em 1996, vi minha mãe então chorar como nunca fizera antes. Era um urro. Não tinha lágrimas. Como se um monstro invisível saísse de sua boca: uma alma. Um urro, grave, longo, ininterrupto. Como se há muito ela quisesse expelir. Pela primeira vez, me deixou falar, sem me interromper. Pela primeira vez, na minha frente, chorou tudo o que havia segurado, tudo o que reprimiu, tudo o que quis. Foi um choro de vinte cinco anos em minutos. O rompimento de uma represa (PAIVA, 2015, e-book).

Parte do excerto acima havia sido publicado em um dos seus artigos no *Estado de S. Paulo*, intitulado *Trabalhando o sal*. Ao realizar a leitura desse texto, na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) em 2014, para as câmeras e uma plateia atenta, o escritor, pela primeira vez, não conseguiu conter

<sup>10</sup> Rubens Beyrodt Paiva foi deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e teve seus direitos políticos cassados no primeiro Ato Institucional, em 9 de abril de 1964. Após alguns meses de exílio retornou ao Brasil e, em 1971, teve sua casa ocupada por seis agentes estatais e foi sequestrado para depor, posteriormente morto por agentes da repressão ditatorial e submetido ao desaparecimento forçado. (CNU-Vol. III, 2014, pp. 519-528). Eunice Paiva, foi presa junto com uma de suas filhas, Eliane Paiva, após Rubens Paiva ser levado, e ficou por mais de dez dias no DOI-CODI do I Exército/RJ. Após o desaparecimento forçado de Rubens Paiva, Eunice se tornou advogada, seguiu lutando para o esclarecimento sobre a morte do pai dos seus filhos e se engajou na questão indígena.

as lágrimas. Em outra entrevista, o escritor declarou que seus registros em *Ainda estou aqui* foram uma forma de homenagear Eunice, que atualmente vive no Rio de Janeiro resistindo a doença de Alzheimer. O apagamento das memórias dela impulsionaram Marcelo Paiva, a refazer o seu percurso, como mãe, lutadora e profissional, que com mais de quarenta anos se tornou advogada e atuou na defesa dos povos indígenas, casos que lhe conferiram reconhecimento internacional sobre demarcação de terras e que a manteve no trabalho até a doença começar a se manifestar em 2004.

Em *Ainda estou aqui* o narrador avança e recua no tempo pontuando lembranças acerca dos impactos causados nele e em sua família, nos desencontros e (re)encontros com testemunhos ou novas informações referentes aos acontecimentos que apagaram a materialidade de seu pai. Em uma das passagens, o filho já com mais de 50 anos inscreveu as suas lembranças acerca do reencontro com a sua mãe depois de detida e da mudança do seu olhar após o não retorno do seu pai:

2 de fevereiro, dia de Iemanjá. Fui recebido em casa com festa pelas irmãs e a empregada, Maria José. Subi a escada correndo e encontrei a minha mãe deitada no seu quarto, exausta. Abracei ela como nunca. Ela fez carinhos em mim, me acalmava, quando comecei a sentir falta de ar. Era um ataque de bronquite violento, bem mais forte que os outros. O quarto estava à meia-luz; ela manteve a janela fechada. Estava com roupa confortável cor de vinho. Era ela, a minha mãe, a minha amada mãe. Que não chorou. Apenas me acalmou, enquanto eu tentava respirar e meus brônquios não ajudavam. Depois dos habituais exercícios de inspirar e expirar, me acalmei. Eu que deveria cuidar dela, eu que estava sendo cuidado por ela. Adormeci ao seu lado. Senti paz. Senti proteção: eu, então, o único homem da casa. [...]

A ditadura apertou. [...] Meu pai foi preso e morto naquele ano. Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de nenhum outro moleque. Muitos passaram a me evitar. Eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do país, eles aprendiam com alguns pais e professores, liam na imprensa, viam nos telejornais. Meu pai era membro “do Terror”! Em 1971, eu ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam (PAIVA, 2015, e-book).

Entre o dia de São Sebastião, 20 de janeiro, feriado religioso no Rio de Janeiro, no qual Rubens Paiva foi levado e o dia de Iemanjá, feriado religioso nacional, longos dias de espera se passaram para o menino Marcelo Paiva de 11 anos. Se passaram décadas até que seu trabalho de memória fosse realizado a fim de ser compartilhado socialmente. A família Rubens Paiva, parte de uma elite carioca, conhecida nacionalmente, certamente obteve maior visibilidade que outras famílias que tiveram seus pais, maridos, filhos submetidos ao desaparecimento forçado. O escritor, nesse livro, oferece aos leitores o testemunho da sobrevivência dos que passaram por situações excepcionais e o da denúncia, enfatizando a falta de justiça no Brasil. Como uma espécie de anexo ao livro, a publicação traz nos últimos capítulos a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro datada em maio de 2014, contra cinco militares reformados do Exército brasileiro e outros já falecidos, sem contabilizar os agentes que não foram identificados até a denúncia. O documento que segue à denúncia é o de admissibilidade do caso pela 4ª Vara Federal Criminal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. O livro encerra, portanto, com a história em aberto, daquele feriado de 20 de janeiro de 1971, “um dia que não teve fim” (PAIVA, 2015, e-book).<sup>11</sup>

11 Segundo Marcos Rolim, o ministro Teori Zavascki, do STF, antes do seu falecimento, “suspendeu a ação penal, entendendo que o processo seria incompatível com a análise feita pelo Tribunal a respeito da aplicação da Lei da Anistia. O caso não tem data para ir a plenário.” *Jornal Extra Classe*. Ainda estou aqui. Por Marcos Rolim. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/edicoes/2015/09/ainda-estou-aqui/> acesso em 11/06/2018.

Em entrevista para *O Estado de S. Paulo*, Marcelo Paiva disse ter escrito “também como um testemunho para meu filho, uma das raras pessoas das quais minha mãe jamais se esquece” (*O Estado de S. Paulo*, 2015), um indício do elo transgeracional. O fio da memória que o filho, ainda bebê na época do lançamento das memórias de seu pai, começava a tecer, a mãe, já doente, perdia a cada dia. É dessa perspectiva, de um elo entre passado, presente e futuro que Marcelo Paiva escreve, em uma mediação do que se esvai no apagamento de registros da mãe e na possibilidade de inscrição para o conhecimento do filho.

*Ainda estou aqui*, segundo a crítica de Ivan Finotti, da *Folha de S. Paulo*, é um comunicado que serve tanto para o escritor, que reaparece mais de 30 anos depois do seu primeiro livro autobiográfico; para a mãe, já que a frase é dela e que, por um tempo, viveu entre o apagamento e momentos de lucidez; e para o pai, que embora morto e desaparecido há anos, permanece presente pelo que segue irresoluto (*Folha de S. Paulo*, 2018).

*Ainda estou aqui*, acrescento, é o testemunho de quem esteve lá, viu ou ouviu e sobreviveu para contar, seja, no caso do livro, na ausência do pai, pelas vozes da companheira ou do filho que segue afirmando a sua presença nas lutas que a mãe já não pode mais travar. Além disso, a narrativa se configura em testemunho pela presença do trauma e, segundo Iúna Gabriella Costa de Paiva, “é em cima dessa lacuna, na busca pela verdade e do direito ao corpo do pai” que a trama é articulada (PAIVA, 2017). Mabel Pedra chama atenção para a constante presença de Rubens Paiva no livro, embora Eunice tenha sido o centro da homenagem do filho (*Homo Literatus*, sd.).

Assim, é com os recursos jurídicos, com declarações de testemunhas fornecidas em juízo e para a Comissão Nacional da Verdade que Marcelo Paiva reconstituiu as suas lembranças, a marcante posição da mãe diante das adversidades e a condução da família que teve que se reinventar perante a ausência de Rubens Paiva e dos crimes de agentes estatais que o tirou de casa, da família e da vida.

### **Considerações Finais:**

*A chave de casa* e *Ainda estou aqui* demonstram que a elaboração do passado ditatorial segue vigente por meio da literatura na perspectiva filial de atingidos pela repressão. Nos livros selecionados a necessidade de acessar a experiência de si e de seus familiares se dá em condição voluntária e revela a extensão da urgência de narrar entre os testemunhos diretos e seus descendentes. Estes, por sua vez, (re)arranjam os registros daqueles que foram atingidos por situações excepcionais e expõem os desvios e desencontros provocados em suas famílias pelo ditadura civil-militar brasileira. Cabe sublinhar ainda que nos escritos analisados não há exaltação à militância ou ao envolvimento político de seus pais, mas pelo contrário, aponta-se a exposição de alguns receios, medos e fracassos perante os acontecimentos impostos pela repressão e suas consequências. As narrativas tampouco se dirigem às ações políticas de seus pais como algo a ser repetido e retomado. Destarte, tais elementos indicam tensões entre a responsabilidade de (re)lembrar, (re)escrever, (re)contar e a ponderação das dificuldades inerentes as heranças doloridas e difíceis de serem superadas.

Além do mais, os livros indicam, somados aos demais listados, o quanto essas lembranças ficaram

retidas no âmbito pessoal e familiar. Tais relatos, embora não configurem um gênero literário no Brasil, ganham relevância não apenas por inovarem nas abordagens dos impactos do terror estatal nas famílias, mas também por compartilharem testemunhos que se somam a declarações registradas em outros formatos, como na filmografia, em entrevistas, textos e artigos acadêmicos na perspectiva filial acerca do tema.

Ao inscreverem suas marcas deixadas pela segregação política imposta pelo projeto autoritário aprofundado no pós-golpe de 1964 até o processo de redemocratização, descendentes desse terror estatal articulam uma oposição ao silêncio ou esquecimento.

Nesse sentido, ambos partilham a experiência e rompem com a privatização do vivido inserindo-se nas memórias públicas organizadas por políticas e projetos estatais de verdade, memória e reparação. Todavia, ainda que influenciados pelos momentos das iniciativas públicas nacionais esses relatos propõem uma dissidência dessas propostas institucionais. Desse modo, as memórias subterrâneas na perspectiva filial emergem e interagem com os demais registros sem se mostrarem subordinadas às medidas estatais de justiça de transição e, perante algumas questões, às próprias pautas herdadas pelo núcleo familiar.

Assim sendo, o conteúdo permanece o de resistência ao inaudito, porém com algumas tensões e embates entre o que seus referentes não previram ou lhes privaram. No entanto, embora por vezes pareçam requerer a palavra que traduzisse os acontecimentos de um passado sombrio, a qual foi ocultada como forma de proteção aos filhos, o despertar de seus escritos aponta que tal ocultamento não impediu que as marcas do vivido transcendessem as fronteiras geracionais.

Nesse (re)arranjo fica evidente que o uso do recurso fictício, embora o arquivo privado, familiar e até uma pesquisa pública seja explorada pelos escritores, é um meio para autenticar o discurso daquele que esteve lá, viu ou ouviu e sobreviveu, ainda que a lembrança se apresente como desfocada ou pouco nítida. Por essa via a aproximação com a experiência dos pais, intransmissível, se faz possível por se fazer dizível.

Ainda que as narrativas se mostrem pretensamente monumentalizantes, no sentido de homenagear aqueles que já não podem mais lembrar, as tramas possuem autonomia em suas abordagens ao se afastarem de uma cronologia didática sobre o trajeto da vida de seus pais e de si mesmos. Em algumas passagens, o relato crítico de ambos beira o inconformismo com a história familiar modificada pelas condições políticas, pelos impedimentos de um trajeto comum, desprovido de silêncios e incompreensões opressivas.

Como disse Marcelo Paiva, os crimes não foram contra Rubens Paiva, mas contra a humanidade o que o coloca no reconhecimento de que não se trata da história de sua família, mas da história do país. Durante a ditadura civil-militar a família Rubens Paiva tinha como provedor um engenheiro parlamentar, gozava de certos privilégios por ser branca, em um país estruturalmente racista, era economicamente bem-sucedida e inserida na elite carioca. O livro lançado em 2015, no Estado democrático de direito atualiza a situação de outra família vitimada ao crime contra a humanidade, a família de Amarildo Dias de Souza, submetido ao desaparecimento forçado após uma detenção em 14 de julho de 2013, no Rio de Janeiro. Os casos irresolutos até hoje encontram paralelo, não fosse Amarildo Souza negro, morador da periferia, trabalhador da construção civil, o que leva a crer que as motivações não tenham sido as mesmas. Como forma de dar visibilidade aos casos sem solução, a perspectiva filial segue indagando e resistindo ao inaudito.

## Fontes

BRASIL. **Sítio eletrônico da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/projetos-de-memoria-e-reparacao#caravana>> acesso em 12/10/2018.

BRASIL. **Lei nº 9.140**, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1986 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências... Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm)> acesso em 10/10/2018.

BRASIL. **Lei nº 10.559**, de 13 de novembro de 2002, regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm)> acesso em 10/10/2018.

BRASIL. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011, cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)> acesso em 10/10/2018.

**Entrevista de Marcelo Rubens Paiva para a divulgação do livro pela Alfaguara Brasil Editora**, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lvM8viBxkrw>> acesso em 28/08/2017.

Estadão. **Marcelo Rubens Paiva trata do assassinato do pai em seu novo livro “Ainda estou aqui”**. Por Ubiratan Brasil. 06/08/2015. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,marcelo-rubens-paiva-trata-do-assassinato-do-pai-em-ainda-estou-aqui,1738843>> acesso em 11/06/2018.

Estadão. **Trabalhando o sal. Por Marcelo Rubens Paiva**. 24/02/2014. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/trabalhando-o-sal/>> acesso em 16/05/2018.

Folha de S. Paulo. **Novo livro de Marcelo Rubens Paiva é construído sobre memórias familiares**. Por Ivan Finotti. 08/08/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/08/1665947-novo-livro-de-marcelo-rubens-paiva-e-construido-sobre-memorias-familiares.shtml>> acesso em 11/06/2018>.

Homo Literatus. **Ainda estou aqui, de Marcelo Rubens Paiva**. Por Mabel Pedra. Disponível em: <<https://homoliteratus.com/ainda-estou-aqui-de-marcelo-rubens-paiva/>>

## Referências

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. O programa de reparações como eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil. In: REÁTEGUI, Felix (org.). **Justiça de Transição – Manual para América Latina**. Brasília/Nova Iorque: Ministério da Justiça/ICTJ, 2011. p. 473-516.

ALVES, Glenda Gathe. A virada hermenêutica da Comissão de Anistia: a anistia brasileira e as diferentes estratégias de reparação (2007/2010). **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

ARFUCH, Leonor. **Memoria y autobiografia: exploraciones em los limites**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BAGGIO, Roberta. C. Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. (Org.). **Repressão e memória política no contexto Ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília; Coimbra: Ministério da Justiça; Universidade de Coimbra, CES, 2010. p. 258-285.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

- CAIXETA, Sheila Couto. Memória e identidade em *A chave de casa* (2007) de Tatiana Salem Levy e *Azul-corvo* (2010) de Adriana Lisboa. **Anais do SILEL**. Vol. 3, Núm. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.
- FIGUEIREDO, Euridice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- FONTES, Izabel Santa Cruz. Narrativas de uma memória assustada: escritas de si e ficcionalização do trauma na literatura pós-ditatorial de segunda geração no Brasil e Argentina. **Tese de Doutorado**, Literatura Comparada, Universidade de Hamburgo, Hamburgo/Alemanha, 2017.
- GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). **Escrita de si escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- HARTOG, François. La présence du témoin. **L'homme**, 223-224/2017, p. 169 a 184.
- JELIN, Elizabeth. **Trabajos de la memoria**. Madrid, Siglo XXI, 2002.
- LEVY, Tatiana Salem. **A chave de casa**: experimentos com a herança familiar e literária. Tese de Doutorado, Departamento de Letras, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- LEVY, Tatiana Salem. **A chave de casa**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- LEVY, Tatiana Salem. Do diário à ficção: um projeto de tese/romance. **X Congresso Internacional da ABRALIC**. Rio de Janeiro, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. Uma breve apresentação. *Eutomia - Revista Online de Literatura e Linguística*. Ano I, nº 01, pp. 167-176, 2008.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militantes. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, p. 178-201, 2002.
- PAIVA, Iúna Gabriella Costa de. Memórias familiares da ditadura brasileira em “Ainda estou aqui”, de Marcelo Rubens Paiva. **Dissertação de Mestrado** em Letras UFPI, Teresina, 2017.
- PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva/Alfaguara, 2015.
- PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. In: TELES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 45-50.
- PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 62, p. 721-740, setembro-dezembro 2017.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, Memória, Literatura - O testemunho na era das catástrofes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005.
- SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **Justiça de Transição: da ditadura civil-militar ao debate justransicional: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.
- VARGAS, Mariluci Cardoso de. O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário (Brasil, 1964-2017). **Tese em História na UFRGS**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183235> acesso em 15/11/2018.
- VECCHI, Roberto & DALCASTAGNÉ, Regina. Apresentação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. **Literatura e Ditadura**, Brasília, n. 43, jan-jun, 2014, p.11-12.

WEINHARDT, Marilene. Filhos da geração de 1960/70: herdeiros da memória. In: WEINHARDT, M., org. **Ficções contemporâneas: histórias e memórias** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 237-258.

Recebido em 15/10/2018.

Aceito em 19/12/2018.